

Sarney lidera gazeteiros do Senado

14 JAN 1995

■ Ex-presidente foi quem mais pediu licença para faltar

14 JAN 1995

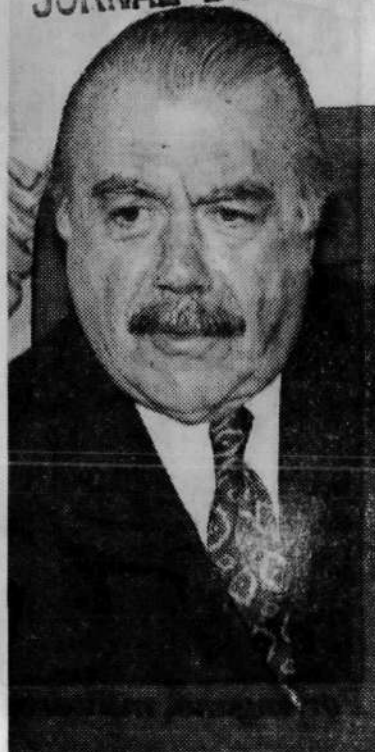
DANIELLA SHOLL

BRASÍLIA — A medida proposta pelo primeiro vice-presidente da Mesa Diretora da Câmara, deputado Adylson Motta (PPR-RS), de vincular parte dos salários de deputados e senadores à sua assiduidade no Congresso, vai provocar baixas no bolso dos parlamentares. Que o diga o político maranhense eleito pelo Amapá, José Sarney (PMDB), forte candidato à Presidência do Senado. Recordista em pedidos de licença à Mesa — através dos quais as ausências são abonadas — Sarney, desde o início de seu mandato, em 1991, até novembro do ano passado, teve abonados pela Mesa do Senado 245 dias de faltas pagas normalmente. Em 91, foram 70; em 92, 35; em 93, 36 e, em 94, 104. Sem incluir os períodos de convocação extraordinária, um parlamentar tem em média 108 dias de trabalho anuais (3 vezes por semana, nove meses por ano).

As razões alegadas por Sarney para faltar ao trabalho são várias: doença em família, compromissos partidários, viagens ao exterior ou domésticas, oficiais e particulares. Em boa parte das solicitações, porém, sequer há justificativa. Em 26 de janeiro do ano passado, por exemplo, Sarney enviou à Mesa o seguinte pedido: "O Senador José Sarney solicita que seja considerada como licença autorizada sua ausência dos trabalhos da Casa nos dias 3, 4, 6, 7, 10 a 12, 14, 17 e 20 do corrente". Mais nada. A licença, como de praxe, foi autorizada

Viagens — Não só as ausências, mas também as viagens dos parlamentares em missões oficiais ao exterior estão na mira da onda moralizante que ronda o Legislativo. Para cada viagem que faz ao exterior, independente da cidade visitada, os parlamentares recebem do Congresso a gorda diária de R\$ 416. E, como estão em missão, os dias faltados são considerados abonados também. Sarney, por exemplo, passou ao todo, no ano passado, 32 dias no exterior em viagens oficiais: nove dias

JORNAL DO BRASIL



Sarney: 12 viagens ao exterior

em Paris; quatro em Santiago do Chile; 13 em Dresden (Alemanha) e outros seis em Manágua (Nicarágua). Desde 1991, Sarney comunicou à mesa, com objetivo de obter licença, 12 viagens internacionais que faria — uma média de quatro por ano. Nem todos os comunicados ex-

plicam se a missão é ou não oficial.

O Senador Pedro Simon (PMDB-RS), concorrente de Sarney na disputa pelo Senado, tem um projeto que desde outubro de 93 está parado na mesa do Senado: o que fixa critérios de viagens de senadores ao exterior. Nele, Simon sugere que, antes de cada viagem paga pelo erário, seja explicada qual a razão da viagem, o interesse público envolvido e o custo total da empreitada. Diz ainda que é preciso criar critérios para a escolha dos parlamentares que desempenharão a missão.

Relatório — Na volta de cada viagem, Simon defende que o parlamentar "apresente um relatório circunstanciado" ao plenário e à Comissão de Relações Exteriores. O senador entende também que deve acabar a prática de serem sempre as mesmas pessoas escolhidas pela mesa para representarem o Congresso nas viagens. Um integrante da comissão de Relações Exteriores diz que Sarney jamais apresentou um único relatório sobre o que falou e ouviu nas suas viagens ao exterior.